

Memorial às vítimas da Covid-19 é inaugurado em Maricá



Foi inaugurado nesta sexta-feira (12/03), na área externa do Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara, em São José do Imbassai, o “Memorial da Luta contra a Covid-19 Enfermeira Denise Gomes”, uma homenagem às vítimas da doença e aos profissionais de Saúde que atuam na linha de frente do combate à doença em Maricá.

A escultura do artista plástico Fábio Alexandre recebeu o nome da enfermeira Denise Gomes, primeira profissional deste setor na cidade a falecer em decorrência do novo coronavírus. O ato também marca a lembrança do início da pandemia no Brasil neste mesmo dia em 2020, quando foi registrada a primeira morte pela doença no país.

O prefeito Fabiano Horta frisou que o monumento é um marco histórico permanen-

te deste período de enfrentamento, mas que também simboliza a resistência, a esperança e, segundo ele, “a não-naturalização da morte em números, mas a luta pela vida”.

“Nosso sentimento hoje é de solidariedade. A morte de Denise mexeu profundamente com a classe da Saúde em Maricá, à qual agradeço através destes profissionais que estão aqui. Este é um ato de consternação, mas também de esperança coletiva”, ressaltou o prefeito.

Horta destacou que o momento ainda exige que as pessoas mantenham os cuidados necessários como o distanciamento social, uso de máscara, álcool em gel, para preservar a saúde de todos.

“Estamos muito emocionados e surpresos com esta homenagem. Foram 20 anos de



dedicação a algo que ela amava fazer e era muito boa no que fazia, tanto que até as crianças preferiam tomar vacina com ela. Minha irmã sempre gostou de ajudar as pessoas”, resumiu a crediária Daisy Maria Gomes dos Santos, de 37 anos, que reforçou a necessidade de manter os cuidados em seu discurso.

Ao lado dela estavam o pai e a mãe da enfermeira, que reforçaram sua incansável disposição. “Ela era a ‘médica da família’, pois cuidava de todos nós e sempre dizia: ‘Pai, eu gosto de salvar vidas’”, revelou seu Antônio Nilton dos Santos, de 69 anos, ao lado de dona Araci Gomes, de 76.

A secretária de Saúde Simone Costa lembrou de quando conheceu a enfermeira Denise. “Trabalhamos juntas no Hospital Municipal Conde Modesto Leal e tenho

certeza que se ela estivesse aqui, estaria de novo na linha de frente”, afirmou.

O vice-prefeito Diego Zeidan disse que considera o monumento “um símbolo de valorização da ciência” e citou o período em que seu pai, o ex-prefeito Washington Quaquá, ficou internado para tratar da Covid-19 e chamou a atenção para se manter os cuidados.

“Quase perdi meu pai para esse vírus, por isso sei da angústia e da luta dessa família. Temos um quadro um pouco melhor que o dos municípios vizinhos, temos taxas de ocupação menores, mas é preciso manter o distanciamento porque agora a nova cepa do vírus é mais contagiosa e agressiva”, concluiu.

Texto: Sérgio Renato
Fotos: Vinícius Manhães



Sumário

Conteúdo

| | |
|---|----------|
| LEIS E DECRETOS | 2 |
| ATOS DO PREFEITO | 2 |
| COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO | 2 |
| SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA | 2 |
| SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 3 |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 3 |
| SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO | 4 |
| SECRETARIA DE TRANSPORTE | 4 |
| COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ | 5 |
| INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ | 5 |
| AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ | 6 |

LEIS E DECRETOS

LEI Nº 3.005, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE PINDOBAS MINISTÉRIO AVIVAR - IADP, FUNDADA EM 22 DE ABRIL DE 2016.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E SEU PRESIDENTE PROMULGA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE PINDOBAS MINISTÉRIO AVIVAR - IADP, fundada em 22 de abril de 2016.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 2021.

Vereador ALDAIR NUNES ELIAS

(ALDAIR DE LINDA)

PRESIDENTE

LEI Nº 3006, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL E TURÍSTICA DE MARICÁ (MARICÁ CONVENTION & VISITOR BUREAU).

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E SEU PRESIDENTE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Declara de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL E TURÍSTICA DE MARICÁ, com o nome de fantasia MARICÁ CONVENTION & VISITORS BUREAU (MARICÁ C&VB), entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Eugénia Modesto da Silva, nº 24, sala 02, Centro, Maricá, inscrita no CNPJ sob o nº 31.494.464/0001-25 e inscrita no Cadastro Municipal de Organizações Sociais sob o nº 0037.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021.

Vereador ALDAIR NUNES ELIAS

(ALDAIR DE LINDA)

PRESIDENTE

LEI Nº 3007, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DO "MARCO MACÔNICO" DA AUGUSTA, RESPEITÁVEL E BENEMÉRITA LOJA MACÔNICA ARKITEKTON Nº 124, NA INTERSEÇÃO DA RODOVIA AMARAL PEIXOTO COM A AVENIDA VEREADOR FRANCISCO SABINO DA COSTA, PRIMEIRA ENTRADA DE ACESSO AO CENTRO DA CIDADE DE MARICÁ.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, EXPRESSÃO LEGÍTIMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, APROVOU E SEU PRESIDENTE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Concede autorização a Augusta e Respeitável Loja Maçônica Arkitekton nº 124, para instalar o "Marco Macônico" junto ao espaço público na interseção da Rodovia Amaral Peixoto com a Avenida Vereador Francisco Sabino da Costa, primeira entrada de acesso ao Centro da Cidade, conforme layout e memorial descritivo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da referida instalação correrão por conta da referida instituição, que deverá observar os padrões de estacas adequados ao urbanismo do local e a segurança dos usuários da via pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 2021.

Vereador ALDAIR NUNES ELIAS

(ALDAIR DE LINDA)

PRESIDENTE

ATOS DO PREFEITO

PORTARIA Nº 0560, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ – CMDCA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1954 DE 31 DE JULHO DE 2001 E ALTERAÇÕES, NA GESTÃO 2021/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Municipal nº 1954 de 31 de julho de 2001 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maricá/RJ – CMDCA, na gestão 2021/2022, os seguintes membros:

I – Representante da Secretaria de Assistência Social:

a) TITULAR - Miriam Cardoso Duarte – Matrícula nº 50405;

b) SUPLENTE - Carolina Farias Ribeiro – Matrícula nº 3156/7053.

II – Representante da Secretaria de Saúde:

a) TITULAR - Ludmila Gomes – Matrícula nº 110.754;

b) SUPLENTE - Ana Paula Lima da Silva Frauches – Matrícula nº 107.731.

III – Representantes da Secretaria de Educação:

a) TITULAR - Patrícia Violante – Matrícula nº 6213;

b) SUPLENTE - Abigail Dias Mendes Rangel – Matrícula nº 6053/7021964.

IV – Representante da Associação Pestalozzi:

a) TITULAR - Sérgio Henrique Vieira Campelo – RG 4XX.X99 MM;

b) SUPLENTE - Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia – CPF nº 524.XXX.XXX-49.

V – Representante da Associação LBV:

a) TITULAR - Paulo César Teixeira Monteiro – CPF nº 084.XXX.XXX-42;

b) SUPLENTE - Rosane Auxiliadora Silva de Souza – CPF nº 004.XXX.XXX-02.

VI – Representante da Associação NAIR:

a) TITULAR - Walquiere Fernandes Fraga – RG 11.XXX.XXX-5

b) SUPLENTE - Elaine Alves Teixeira – RG 09.XXX.XXX-1

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04 de janeiro de 2021.

Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 11 de março de 2021.

FABIANO TAQUES HORTA

Prefeito

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

Processo Administrativo nº.2171/2020

Pregoeira do Município de Maricá informa. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica de direito privado para prestação de serviços especializados para cumprimento de medidas administrativas municipais e realização posterior de hasta pública. Data da realização do certame: 29/03/2021 às 10h. Os interessados em retirar o Edital deverão comparecer à Rua Álvares de Castro, nº 346, Centro – Maricá/RJ, portando o carimbo contendo CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD-RW virgem e uma resma, das 08h às 16:30h, solicitar pelo e-mail maricacpl@gmail.com ou realizar o download no site pelo link www.marica.rj.gov.br >>transparência>>licitacoes em andamento>>editais. Maiores informações pelo e-mail maricacpl@gmail.com, Telefones: 3731-2067 | 2637-2053 | 2637-2054 | 2637-2055 | 2637-3706 | 2637-4208

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2021, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17001/2020.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E ZECAS AGROPECUÁRIA LTDA-ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS E FERTILIZANTES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA DE MARICÁ, VOLTADAS PARA A OPERACIONALIDADE DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17001/2020, E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9821/2019, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019)

VALOR: R\$ 21.750,00 (VINTE E UM MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8666/93, DECRETO MUNICIPAL Nº 158/2018, SUAS ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRazo: ATÉ 31/12/2021.

PROGRAMA DE TRABALHO: 28.01.20.601.0003.1245.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00.

ORIGEM DO RECURSO: 206.

NOTA DE EMPENHO: 949/2021.

DATA DA ASSINATURA: 05/02/2021.

MARICÁ, 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

JÚLIO CÉSAR DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

PORTARIA CCC Nº 25 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021. DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 25/2021 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17001/2020.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 25/2021.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR OS SERVIDORES, ABAIXO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 25/2021 CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS E FERTILIZANTES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA DE

Expediente



PREFEITURA DE
MARICÁ
#MaisPertoDeVocê



[prefeiturademarica](https://www.facebook.com/prefeiturademarica)



[@MaricaRJ](https://twitter.com/MaricaRJ)



[@prefeiturademarica](https://www.instagram.com/prefeiturademarica)

Jornal Oficial de Maricá

Veículo de publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Maricá.

Órgão Responsável

Setor de Imprensa

R. Álvares de Castro, 346 - Centro

Maricá/RJ - Tel.: (21) 3731-0289

CNPJ nº: 29.131.075/0001-93

Jornalista Responsável

Sérgio Renato - RG MTb: 23259

Diagramador

Robson de Camargo Souza

Impressão

Empresa Jornalística Real ZM Notícias Ltda.

- Rua Professor Heleno Cláudio Frago, 529 -

Jardim Iguaçu - RJ

Tiragem

500 exemplares

Distribuição

Órgãos públicos municipais

Coordenadoria de Comunicação Social

Prefeito Municipal

Fabiano Horta

www.marica.rj.gov.br

MARICÁ, VOLTADAS PARA A OPERACIONALIDADE DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 17001/2020, E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 48/2020 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9821/2019, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 47/2019).

1. LUCIANA FERREIRA PAIVA – MATRÍCULA DE N.º 109.627

2. CARLOS ALFREDO POLI - MATRÍCULA DE N.º 110.185

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 05/02/2021.

Publique-se.

Maricá, em 05 de fevereiro de 2021.

JÚLIO CÉSAR DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº009418/2012

Dispensa de Licitação.

Em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM) e da Controladoria Geral do Município (CGM), AUTORIZO a dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X da lei Federal 8.666/93, referente ao processo administrativo nº9418/2012, que tem por objeto a locação de imóvel para instalação e funcionamento do CRAS CENTRO, através da Secretaria de Assistência Social, situada a Avenida Nossa Senhora do Amparo, Nº 27, Lote 18, Quadra 03, Loteamento Jardim Balneário - Maricá, RJ, com o valor de R\$ 70.025,76 (setenta mil vinte e cinco reais e setenta e seis centavos), para o período de 12 (doze) meses de locação em favor de Adalberto Borges da Silva Brandão, CPF nº346. *** ***, Informamos, para os devidos fins, que além do quantum supracitado, o município compromete-se a adimplir com os valores retroativos.

Em, 01º de Março de 2021.

Jorge Luiz Cordeiro da Costa-CASTOR

Secretário de Assistência Social

110.932

SECRETÁRIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

EXTRATO DO TERMO N.º 01 DE PRORROGAÇÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 01/2020, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 20434/2019.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E OSC ESPAÇO CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS (ECOS)

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 01/2020, CUJO OBJETO É A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC PARA DAR APOIO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, COMBATE À POBREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL, FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES PARA ATUAREM EM OFICINAS DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO NA COMUNIDADE E PARA OS ESTUDANTES DA REDE ESCOLAR ATENDIDOS PELO PROGRAMA MUMBUCA FUTURO.

PRAZO: 03 (TRÊS) MESES.

RATIFICAÇÃO: FICAM MANTIDAS AS DEMAIS CLÁUSULAS INTEGRANTES DO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 01/2020, DESDE QUE COMPATÍVEIS COM O PRESENTE TERMO.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E NO DECRETO MUNICIPAL Nº 54/2017 E SUAS ALTERAÇÕES

DATA DA ASSINATURA: 21/02/2021.

MARICÁ, 21 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO

SECRETÁRIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Considerando o EDITAL nº 001/2021 Ano XI 2021 QUE TRATA DO PROCESSO DE OFERTA DO EXAME MUNICIPAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS – PARA CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, segue Retificação a listagem com a inclusão participantes, publicado na edição do JOM nº1134, Ano XI, de 19 de fevereiro de 2021, conforme quadro abaixo:

| NOME | ESCOLA |
|--|----------------------|
| ÁLVARO SANTIAGO DE ABREU | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| ANY CAROLINY FERNANDES BARROS OLIVEIRA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| BEATRIZ FREITAS DA SILVA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| CAMILA VITÓRIA DA SILVA SOUSA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| JUAN PABLO FERREIRA DA SILVA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| JÚLLYA NUNES DE ALMEIDA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| KAUÊ ARAUJO MOTTA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| LETÍCIA DA SILVA SANTOS | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| LUCAS VIEIRA DA SILVA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| MAYARA DA SILVA RAMOS | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| MIGUEL DA SILVA CRUZ CORREIA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| RAINARA DA SILVA FERNANDES | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| RAQUEL DOS SANTOS FRANÇA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| THALIANE RIBEIRO DA SILVA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| VICTOR RAFAEL DOS SANTOS SOUZA | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |

| | |
|---|----------------------------|
| VIVIAN FRAZÃO LOPES | E.M. ANÍSIO TEIXEIRA |
| ARILANY MARIA LUCENA BARBOSA | E.M. MARQUÊS DE MARICÁ |
| PEDRO HENRIQUE DE NORONHA SILVA | E.M. MARQUÊS DE MARICÁ |
| VERIATO SILVEIRA DE OLIVEIRA | E.M. MARQUÊS DE MARICÁ |
| ANA CAROLINE SOUZA DA SILVA | E.M. JOÃO MONTEIRO |
| BERNARDO PEREIRA DA SILVA | E.M. JOÃO MONTEIRO |
| KAYKE COUTEIRO XAVIER | E.M. JOÃO MONTEIRO |
| MILLENA DA SILVA MIRANDA | E.M. JOÃO MONTEIRO |
| VITOR HUGO SOUZA SILVA | E.M. JOÃO MONTEIRO |
| ZENITH ROSA DE LA FUENTE VIEITES DA COSTA | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| RENAN DA SILVA VICENTE | E.M. AMANDA PENÃ |
| ALEXANDRE DA SILVA DE ABREU | E.M. AMANDA PENÃ |
| KAUÃ BARRETO MACIEL | E.M. LÚCIO THOMÉ |
| JOÃO VICTOR LEMOS DE SOUZA | E.M. LÚCIO THOMÉ |
| MARCOS CAVALCANTI CORREIA | E.M. LÚCIO THOMÉ |
| JENNIFER CARDOSO DOS SANTOS | E.M. OSDEVALDO |
| ANA HIAGNES CAROLINE DE OLIVEIRA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| GABRIEL DA LUZ DO ROSARIO | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| MONIQUE BOTELHO MARTINS | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| BRENDA DA CONCEIÇÃO BRAGA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| ABEL RIBEIRO BEZERRA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| EMILY PORTO BRITO GUIMARÃES | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| ANA LUISA OLIVEIRA DA SILVA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| JOÃO VICTOR GALDINO DA SILVA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| DAVI DE ASSUNÇÃO CORTES DA SILVA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| IZABELLE FERREIRA NOGUEIRA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| KAUÃ RIBEIRO FERNANDES | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| MARLON FERREIRA BATISTA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| MOISES RANGEL DE COSTA | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| NAIARA BOTELHO | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| COSMA DE LIRA PEREIRA ARAÚJO | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| MÔNOCAL GALVÃO CHAVES | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| GUSTAVO DIAS GOMES | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| VIVIANE SANTOS TISSI | E.M. PROFº DARCY RIBEIRO |
| VITTÓRIA PATRÍCIA ANTUNES FIGUEIREDO | CEPT PROFº ZILCA LOPES |
| JONAS RUFINO DE SOUZA MEDEIROS | CEPT PROFº ZILCA LOPES |
| LUARA CRYSTINE DA SILVA GONÇALO | CEPT PROFº ZILCA LOPES |
| LUIZ CLÁUDIO DA SILVA JÚNIOR | CEPT PROFº ZILCA LOPES |
| RAFAEL PINTO SERAFIM | CEPT PROFº ZILCA LOPES |
| RODRIGO CAMELO | CEPT PROFº ZILCA LOPES |
| GUSTAVO MIGUEL TARDELLI | CEPT PROFº ZILCA LOPES |
| KARINE HELENA ROSAMALAIQUIAS | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| SOFIA PIRES BIANCHI | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| RAYANE DA SILVA VICENTE | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| JENNIFER SOARES DA CONCEIÇÃO | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DE ASSIS | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| ERICK DA SILVA BARROS FABRI WANDERLEY | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| CAROLLINE VITAL DA SILVA CONCEIÇÃO | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| REYNNAN PEREIRA DE LEMOS | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| FERNANDO LUIZPESSOA DOS SANTOS | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| MARCIO BUENO LE GENTIL | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| ANA BEATRIZ INDIA SOARES | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| GUSTAVO GONÇALVESCHAVES | CEM JOANA BENEDICTA RANGEL |
| IZABELLA GOMES DA COSTA | E.M. JOÃO MONTEIRO |

Adriana Luiza da Costa
Secretária de Educação
Matrícula 10

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 67/2020.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1294/2021.

ORDEM DE INÍCIO DE FORNECIMENTO DO CONTRATO Nº 28/2021.

Nos termos do Contrato Nº 28/2021, de 10/02/2021, firmado entre o Município de Maricá, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, e a empresa TRM SOLUÇÕES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.427.040/0001-94, fica a CONTRATADA autorizada a FORNECER ÁGUA À BASE DE TROCA DE GALÕES, através da Ata de Registro de Preços N.º 67/2020, no valor global de R\$ 7.130,20 (Sete mil, cento e trinta reais e vinte centavos), no período de doze (12) meses, de acordo com o quantitativo expresso no supramencionado Contrato.

Maricá, 10 de fevereiro de 2021.

ADRIANA LUIZA DA COSTA

Secretaria de Educação

Mat.: 106.010

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº009418/2012

Dispensa de Licitação.

Em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM) e da Controladoria Geral do Município (CGM), RATIFICO a dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X da lei Federal 8.666/93, referente ao processo administrativo nº9418/2012, que tem por objeto a locação de imóvel para instalação e funcionamento do CRAS CENTRO, através da Secretaria de Assistência Social, situada a Avenida Nossa Senhora do Amparo, Nº 27, Lote 18, Quadra 03, Loteamento Jardim Balneário - Maricá, RJ, com o valor de R\$ 70.025,76 (setenta mil vinte e cinco reais e setenta e seis centavos), para o período de 12 (doze) meses de locação em favor de Adalberto Borges da Silva Brandão, CPF nº346.***-**-**.

Informamos, para os devidos fins, que além do quantum supracitado, o município compromete-se a adimplir com os valores retroativos.

Em, 01º de Março de 2021.

Leonardo de Oliveira Alves

Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão

106.014

SECRETARIA DE TRANSPORTE

PORTARIA/SEMTRANS Nº 02 DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Altera os itinerários das linhas regulares do Transporte Coletivo de Passageiros no Município, conforme o disposto em Portaria/SEMTRANS nº. 01/2021.

A Autoridade Executiva de Transportes, usando da competência que lhe confere o art. 27 da Lei Complementar nº. 287 de 20 de junho de 2017, que instituiu a Estrutura Administrativa do Poder Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Ficam alterados os itinerários das linhas referenciadas no art. 1º da Portaria/SEMTRANS nº.01/2021, com as seguintes redações:

“Art. 1º.....

3º Distrito:

| Identificação de Linha | Itinerário |
|------------------------|-------------------------------|
| E20 | INOÃ X R128 (VIA CAJUEIROS) |
| E21 | INOÃ X RECANTO (VIA ITAOCAIA) |
| E22 | INOÃ X CASSOROTIBA |
| E23 | INOÃ X SANTA PAULA |

| E20 – INOÃ X R128 (VIA CAJUEIROS) |
|---|
| IDA: PF PASSARELA INOÃ (SENT. MARICÁ) – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – ESTRADA DOS CAJUEIROS – RUA CIRCULAR – RUA HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ (RUA 66) – RUA ANTÔNIO MARQUES MATHIAS (RUA 36) – PF RUA 128. |
| VOLTA – PF RUA 128 – RUA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (RUA 35) – RUA DOUGLAS MARQUES RIENTI (RUA 83) – RUA ANTÔNIO MARQUES MATHIAS (RUA 36) – RUA HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ (RUA 66) – RUA CIRCULAR – ESTRADA DOS CAJUEIROS – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – RETORNO KM 19 – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – RETORNO KM 12 – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – PF PASSARELA INOÃ (SENT. MARICÁ). |

| E21 – INOÃ X RECANTO (VIA ITAOCAIA) |
|---|
| IDA – PF PASSARELA INOÃ (SENT. NITERÓI) – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – RETORNO KM 14 – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – AV. CAIO FIGUEIREDO – TRAVESSA CAMPOS – RUA CARLOS MARIGUELLA – AV. ITAOCAIA VALLEY – RUA DEZOITO – ESTRADA DE ITAIPUAÇU – RUA CARLOS MARIGUELLA – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA VAN LERBERGUE – AV. ZUMBI DOS PALMARES – PRAÇA DO BARROCO – AV. VITÓRIA RÉGIA – RUA SANTA JOANA D´ARC – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA CAP. MELLO – AV. DO CANAL – PF RECANTO. |

VOLTA – PF RECANTO – AV. DO CANAL – RUA CAP. MELLO – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA SANTA JOANA D´ARC – AV. VITÓRIA RÉGIA – PRAÇA DO BARROCO – AV. ZUMBI DOS PALMARES – RUA VAN LERBERGUE – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA CARLOS MARIGUELLA – ESTRADA DE ITAIPUAÇU – RUA DEZOITO – AV. ITAOCAIA VALLEY – RUA CARLOS MARIGUELLA – AV. CAIO FIGUEIREDO – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – RETORNO KM 17 – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – PF PASSARELA INOÃ (SENT. NITERÓI).

| E22 – INOÃ X CASSOROTIBA |
|--|
| IDA – PF PASSARELA INOÃ (SENT. NITERÓI) – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – AV. ORESTES VEREZA LUÍS GENÉSIO – RUA CASSOROTIBA – ESTRADA DE CASSOROTIBA – PF CASSOROTIBA. |
| VOLTA – PF CASSOROTIBA – ESTRADA DE CASSOROTIBA – RUA CASSOROTIBA – AV. ORESTES VEREZA LUÍS GENÉSIO – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – RETORNO KM 12 – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – RETORNO KM 17 – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – PF PASSARELA INOÃ (SENT. NITERÓI). |

| E23 – INOÃ X SANTA PAULA |
|--|
| IDA – PF PASSARELA INOÃ (SENT. NITERÓI) – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – AV. ORESTES VEREZA LUÍS GENÉSIO – RUA CASSOROTIBA – ESTRADA DE CASSOROTIBA – PF SANTA PAULA. |
| VOLTA – PF SANTA PAULA – ESTRADA DE CASSOROTIBA – RUA CASSOROTIBA – AV. ORESTES VEREZA LUÍS GENÉSIO – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – RETORNO KM 12 – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – RETORNO KM 17 – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – PF PASSARELA INOÃ (SENT. NITERÓI). |

4º Distrito:

| Identificação de Linha | Itinerário |
|------------------------|---|
| E30 | CENTRO X RECANTO (VIA FLAMENGO) |
| E30A | CENTRO X RECANTO (VIA AVENIDA/VIVENDAS) |
| E31 | CENTRO X RUA 128 (VIA CAJUEIROS) |
| E32 | RECANTO X RUA 128 (VIA ESTRADA) |
| E32A | RECANTO X RUA 128 (VIA RUA 34) |
| E33 | RECANTO X TERMINAL DE ITAIPUAÇU |
| E34 | TERMINAL DE ITAIPUAÇU CIRCULAR |
| E35 | PRAÇA FERREIRINHA CIRCULAR |
| E36 | ITAOCAIA VALLEY CIRCULAR |

| E30 – CENTRO X RECANTO (VIA FLAMENGO) |
|--|
| IDA – TERMINAL DE MARICÁ – AV. ROBERTO SILVEIRA – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – RETORNO KM 13 – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – AV. CAIO FIGUEIREDO – TRAVESSA CAMPOS – RUA CARLOS MARIGUELLA – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA VAN LERBERGUE – AV. ZUMBI DOS PALMARES – PRAÇA DO BARROCO – AV. VITÓRIA RÉGIA – RUA SANTA JOANA D´ARC – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA CAP. MELLO – AV. DO CANAL – PF RECANTO. |
| VOLTA – PF RECANTO – AV. DO CANAL – RUA CAP. MELLO – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA SANTA JOANA D´ARC – AV. VITÓRIA RÉGIA – PRAÇA DO BARROCO – AV. ZUMBI DOS PALMARES – RUA VAN LERBERGUE – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA CARLOS MARIGUELLA – AV. CAIO FIGUEIREDO – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – AV. ROBERTO SILVEIRA – TERMINAL DE MARICÁ. |

| E30A – CENTRO X RECANTO (VIA AVENIDA/VIVENDAS) |
|---|
| IDA – TERMINAL DE MARICÁ – RUA ARI SPINDOLA – RUA SOARES DE SOUZA – RUA CLÍMACO PEREIRA – RUA DOMICIO DA GAMA – RUA ABREU RANGEL – AV. VEREADOR FRANCISCO SABINO COSTA – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – RETORNO KM 28 – RJ 106 (SENT. NITERÓI) – RETORNO KM 13 – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – AV. GILBERTO CARVALHO – RUA CARLOS MARIGUELLA – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA VAN LERBERGUE – AV. ZUMBI DOS PALMARES – PRAÇA DO BARROCO – AV. VITÓRIA RÉGIA – RUA SANTA JOANA D´ARC – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA CAP. MELLO – AV. DO CANAL – PF RECANTO. |
| VOLTA – PF RECANTO – AV. DO CANAL – RUA CAP. MELLO – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA SANTA JOANA D´ARC – AV. VITÓRIA RÉGIA – PRAÇA DO BARROCO – AV. ZUMBI DOS PALMARES – RUA VAN LERBERGUE – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA CARLOS MARIGUELLA – AV. GILBERTO CARVALHO – RJ 106 (SENT. MARICÁ) – AV. VEREADOR FRANCISCO SABINO COSTA – RUA ABREU RANGEL – RUA DOMICIO DA GAMA – RUA PADRE ARLINDO VIÊIRA – RUA CLÍMACO PEREIRA – RUA SOARES DE SOUZA – RUA ARI SPINDOLA – AV. ROBERTO SILVEIRA – TERMINAL DE MARICÁ. |

| E31 – CENTRO X R128 (VIA CAJUEIROS) |
|---|
| IDA – TERMINAL DE MARICÁ, AV. ROBERTO SILVEIRA, RJ 106 (SENT. NITERÓI), RETORNO KM 16, RJ 106 (SENT. MARICÁ), ESTRADA DOS CAJUEIROS, R. HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ, R. ANTÔNIO MARQUES MATHIAS, R. DOUGLAS MARQUES RIENTI, R. GOV. LEONEL BRIZOLA, PF RUA 128. |

VOLTA – PF RUA 128, R. GOV. LEONEL BRIZOLA, R. DOUGLAS MARQUES RIENTI, RUA ANTÔNIO MARQUES MATHIAS, R. HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ, ESTRADA DOS CAJUEIROS, RJ 106 (SENT. MARICÁ), AV. ROBERTO SILVEIRA, TERMINAL DE MARICÁ.

E32 – RECANTO X R128 (VIA ESTRADA)

IDA – PF RECANTO – AV. DO CANAL – RUA CAP. MELLO – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA SANTA JOANA D'ARC – AV. VITÓRIA RÉGIA – PRAÇA DO BARROCO – RUA CARLOS MARIGUELLA – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (RUA 35) – RUA HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ (RUA 66) – RUA ANTÔNIO MARQUES MATHIAS (RUA 36) – PF RUA 128.

VOLTA – PF RUA 128 – RUA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (RUA 35) – RUA DOUGLAS MARQUES RIENTI – RUA ANTÔNIO MARQUES MATHIAS (RUA 36) – RUA HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ (RUA 66) – RUA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (RUA 35) – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA CARLOS MARIGUELLA – PRAÇA DO BARROCO – AV. VITÓRIA RÉGIA – RUA SANTA JOANA D'ARC – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA CAP. MELLO – AV. DO CANAL – PF RECANTO.

E32A – RECANTO X R128 (VIA RUA 34)

IDA – PF RECANTO – AV. DO CANAL – RUA CAP. MELLO – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA SANTA JOANA D'ARC – AV. VITÓRIA RÉGIA – PRAÇA DO BARROCO – AV. ZUMBI DOS PALMARES – RUA VAN LERBERGUE (RUA 34) – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (RUA 35) – RUA HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ (RUA 66) – RUA ANTÔNIO MARQUES MATHIAS (RUA 36) – PF RUA 128.

VOLTA – PF RUA 128 – RUA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (RUA 35) – RUA DOUGLAS MARQUES RIENTI – RUA ANTÔNIO MARQUES MATHIAS (RUA 36) – RUA HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ (RUA 66) – RUA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (RUA 35) – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA VAN LERBERGUE (RUA 34) – AV. ZUMBI DOS PALMARES – PRAÇA DO BARROCO – AV. VITÓRIA RÉGIA – RUA SANTA JOANA D'ARC – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA CAP. MELLO – AV. DO CANAL – PF RECANTO.

E33 – RECANTO X TERMINAL DE ITAIPUAÇU

IDA – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – RUA VAN LERBERGUE (RUA 34) – AV. ZUMBI DOS PALMARES – PRAÇA DO BARROCO – AV. VITÓRIA RÉGIA – RUA SANTA JOANA D'ARC – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA CAP. MELLO – AV. DO CANAL – PF RECANTO.

VOLTA – PF RECANTO – AV. DO CANAL – RUA CAP. MELLO – RUA ANTÔNIO MODESTO DE SÁ – RUA SANTA JOANA D'ARC – AV. VITÓRIA RÉGIA – PRAÇA DO BARROCO – AV. ZUMBI DOS PALMARES – RUA VAN LERBERGUE (RUA 34) – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU.

E34 – TERMINAL DE ITAIPUAÇU CIRCULAR

CIRCULAR – TERMINAL DE ITAIPUAÇU – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – AV. JARDEL FILHO – RUA HÉLIO GUAPYASSU DE SÁ (RUA 66) – RUA VAN LERBERGUE (RUA 34) – RUA PROFESSOR CARDOSO DE MENEZES – TERMINAL DE ITAIPUAÇU.

E35 – PRAÇA FERREIRINHA CIRCULAR

CIRCULAR – PRAÇA DO FERREIRINHA – RUA DAS PERPÉTUAS – RUA SANT'ANA (ANTIGA 23) – RUA DOS NARCISOS – AV. CARLOS MARIGHELLA – PRAÇA DO BARROCO – AV. CARLOS MARIGHELLA – RUA DOS NARCISOS – AV. JARDEL FILHO – RUA 83 (DOUGLAS MARQUES RIENTI) – RUA 35 (GOV. LEONEL BRIZOLA) – RUA PROF. CARDOSO MENEZES – TERMINAL ITAIPUAÇU – RUA PROF. CARDOSO MENEZES – AV. JARDEL FILHO – RUA 32 – AV. CARLOS MARIGHELLA – RUA DOS NARCISOS – RUA SANT'ANA – RUA SÃO JOSÉ – AV. CARLOS MARIGHELLA – PRAÇA DO FERREIRINHA.

E36 – ITAOCAIA VALLEY CIRCULAR

CIRCULAR – PRAÇA DO FERREIRINHA – RUA DOM PEDRITO – AV. CARLOS MARIGUELLA – PRAÇA DO BARROCO – ESTRADA DE ITAIPUAÇU – RUA DEZOITO – AV. ITAOCAIA VALLEY – AV. CARLOS MARIGUELLA – RETORNO ROTATÓRIA – AV. CARLOS MARIGUELLA – AV. ITAOCAIA VALLEY – RUA DEZOITO – ESTRADA DE ITAIPUAÇU – AV. CARLOS MARIGUELLA – PRAÇA DO BARROCO – AV. CARLOS MARIGUELLA – RUA DAS PERPÉTUAS – PF PRAÇA DO FERREIRINHA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor, revogando as disposições em contrário.
DOUGLAS CARVALHO PAIVA
Matrícula – 106.567
Secretário de Transportes

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ

Portaria Nº 108 de 10 de março de 2021
O Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR S.A, no uso de suas atribuições

legais e, em atenção ao disposto no Art. 30, IV do Estatuto Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR S.A, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear CRISTIANE RANGEL FIÚZA DE ARAÚJO COSTA, matrícula 345, a partir de 01/03/2021, para o cargo de SUBCONTROLADOR(a) (Anexo I do Estatuto da CODEMAR), subordinado à Diretoria de Controle Interno.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos a partir de 01/03/2021.

Olavo Noleto Alves
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 109 DE 10 DE MARÇO DE 2021.

ALTERA A PORTARIA N.º 109 DE 10 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕEM SOBRE A COMISSÃO FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N.º 22/2020 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6843/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LINK RESERVA DE INTERNET.

O PRESIDENTE DA CODEMAR, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Superintendência de Compras, Contratos e Convênios, em observância ao art. 22 § 4º do Decreto Municipal N.º 158/2018 e considerando a necessidade de acompanhar e fiscalizar o CONTRATO n.º 22/2020.

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR o(s) servidor(es) abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização do termo de contrato n.º 22/2020 do processo administrativo n.º 6843/2020.

SUBSTITUIR:

1. CARLOS EDUARDO ALVES SOARES – Matrícula: 264;

POR:

1. DUNCAN FRANK SEMPLÉ – Matrícula: 332;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 04 de março de 2021.

Publique-se!

Companhia de Desenvolvimento de Maricá, 10 de março de 2021.

Olavo Noleto Alves
Diretor Presidente

ERRATA DA PORTARIA Nº 102 DE 04 DE MARÇO DE 2021, REFERENTE AO PROCESSO 2482/2020 E AO CONTRATO 40/2020.

Publicado extrato do contrato no JOM de 10 de março de 2021. Edição n.º 1142 – página 17.

Em virtude de erro material, onde se lê: “1. CARLOS ALBERTO GUIMARÃES JACINTO DA SILVA– Matrícula: 022.”

Leia-se: “1. CARLOS EDUARDO GUIMARÃES JACINTO DA SILVA– Matrícula: 022.”

Em 11 de março de 2021.

Olavo Noleto Alves
Diretor Presidente

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ (UASG 926.723),

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ABERTO ETRÔNICO Nº 01/2021

Processo Administrativo: Nº 9798/2020

O(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação: Luiz Fernando Pinto Jordão Junior, no uso de suas atribuições informa que o Procedimento Licitatório Aberto Eletrônico supracitado está suspenso sine die para alterações no Termo de Referência. Informações pelo e-mail: licitacoes@codemar-sa.com.br.

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ

ATO N.º 020/2021.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no inciso Art. 12, I do RGI do ISSM, e tendo em vista, o que consta do Processo Administrativo n.º 0024/2021, datado de 19/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de aposentaria na modalidade VOLUNTÁRIA INTEGRAL a servidora MARLI ALDA RAMOS AVELLAR no cargo de Servente, Classe A, Referência 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula n.º 4178, tendo por fundamento o disposto no art. 6º da EC n.º 41/03, ou seja, COM PARIDADE (em parcelas distintas), a contar da data da publicação, com os proventos fixados como demonstrado abaixo.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da publicação, produzindo seus efeitos imediatos.

| PARCELA | % | FUNDAMENTAÇÃO | VALOR |
|------------------------------------|----------|---|----------|
| Provento Básico | 100,0% | Lei Complementar nº 275/15 e LC nº 2.903/19, Anexo II A | 2.434,70 |
| Adicional por Tempo de Serviço S/B | 40,0% | Lei 1517/96 art. 20 Lei 01/90 art.83. | 973,88 |
| TOTAL | 3.408,58 | | |

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Maricá, 11 de março de 2021.

Janete Celano Valladolid

Presidente

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM

ATO N.º 021/2021.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no inciso Art. 12, I do RGI do ISSM,

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 40, §7º, II, da CF/88 (redação EC nº 41/03)

CONSIDERANDO também, o que foi decidido no Processo Administrativo n.º 027/2021, datado de 20/01/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à partir de 20 de janeiro de 2021, PENSÃO POR MORTE à dependente (Companheira), MÂRCIA QUEIROZ BONFIM, nascida em 18 de julho de 1970, com cota de 100%, por motivo de falecimento do servidor Ativo, PAULO TARCÍSIO CAETANO MARINS, Fiscal de Obras e Meio Ambiente, matrícula 01026, RG nº 0119596468 (IFP - RJ), CPF nº 278.996.947-15, falecido em 09 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Fica estipulado como benefício mensal da pensão o valor de R\$ 8.104,26 (oito mil cento e quatro reais e vinte e seis centavos), em parcela única, conforme memória de cálculo.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir do dia 09 de dezembro de 2020.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Maricá, 11 de março de 2021.

Janete Celano Valladão

Presidente

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM

ATO N.º 022/2021.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no inciso Art. 12, I do RGI do ISSM, e tendo em vista, o que consta do Processo Administrativo nº 0036/2021, datado de 01/02/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de aposentaria na modalidade VOLUNTÁRIA ESPECIAL a servidora SILVIA SANTOS NOGUEIRA no cargo de Professora Docente I, Classe B, Referência 06, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 4471, tendo por fundamento o disposto no art. 3º da 41/03, ou seja, COM PARIDADE (em parcelas distintas), a contar da data da publicação, com os proventos fixados como demonstrado abaixo.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da publicação, produzindo seus efeitos imediatos.

| PARCELA | % | FUNDAMENTAÇÃO | VALOR |
|---|----------|--|----------|
| Provento Básico | 100,0% | Leis Complementares nº 161/07 e nº 324/19. | 3.821,50 |
| Adicional por Tempo de Serviço (triênio anterior) | 6% | Lei Complementar nº 067/98, art.20. | 229,29 |
| Adicional por Tempo de Serviço (triênio) | 20% | Leis Complementares nº 161/07, art.21. | 764,30 |
| Regência de Classe | 20% | Leis Complementares nº 161/07, art. 17, III – b. | 764,30 |
| TOTAL | 5.579,39 | | |

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Maricá, 12 de março de 2021.

Janete Celano Valladão

Presidente

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM

PORTARIA Nº57/2021

O Presidente do Instituto de Seguridade Social de Maricá, no uso de suas atribuições e considerando o contido no art. 72 do Regimento Interno do ISSM, no art. 47 do Decreto nº 125/2005 e no art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2011;

Considerando ainda o que foi decidido no processo nº 404/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a readaptação pelo período de 12 meses, a servidora: JOICE BARBOZA DA COSTA COELHO matrícula nº: 2161, de conformidade com o art. 28 da Lei Complementar 001/90, tendo em vista o laudo da junta médica deste Instituto constante no Processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE!

Maricá, 11 de Março de 2021.

Janete Celano Valladão

Presidente

PORTARIA Nº58/2021

O Presidente do Instituto de Seguridade Social de Maricá, no uso de suas atribuições e considerando o contido no art. 72 do Regimento Interno do ISSM, no art. 47 do Decreto nº 125/2005 e no art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2011;

Considerando ainda o que foi decidido no processo nº 259/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a readaptação pelo período de 06 meses, a servidora: ALINIE DA SILVA ALVES matrícula nº: 7694, de conformidade com o art. 28 da Lei Complementar 001/90, tendo em vista o laudo da junta médica deste Instituto constante no Processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE!

Maricá, 11 de Março de 2021.

Janete Celano Valladão

Presidente

PORTARIA Nº59/2021

O Presidente do Instituto de Seguridade Social de Maricá, no uso de suas atribuições e considerando o contido no art. 72 do Regimento Interno do ISSM, no art. 47 do Decreto nº 125/2005 e no art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2011;

Considerando ainda o que foi decidido no processo nº 415/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a readaptação pelo período de 12 meses, a servidora: WALDIRENY CORREA SILVA matrícula nº: 5695, de conformidade com o art. 28 da Lei Complementar 001/90, tendo em vista o laudo da junta médica deste Instituto constante no Processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE!

Maricá, 11 de Março de 2021.

Janete Celano Valladão

Presidente

AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ**PORTARIA Nº 107/2021**

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - SOMAR, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar, VIVIANE COSTA SOARES, matrícula nº 500300, com validade a partir de 10.03.2021, do Cargo em Comissão, Símbolo AS-3 de ASSESSOR ESPECIAL 3, lotado na Diretoria Operacional de Parques e Jardins, vinculado à Autarquia Municipal de Serviços de Obras – SOMAR, criada pela Lei Complementar nº 306, de 13.12.2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos legais a partir de 10.03.2021.

Maricá, 10 de março de 2021.

Renato da Costa Machado

Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá-SOMAR

PORTARIA Nº 108/2021

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - SOMAR, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar, DANILLO DUARTE BAPTISTA E SOUZA, matrícula nº 500018, com validade a partir de 12.03.2021, do Cargo em Comissão, Símbolo CSER de CHEFE DE SERVIÇO, lotado na Diretoria Operacional de Parques e Jardins, vinculado à Autarquia Municipal de Serviços de Obras – SOMAR, criada pela Lei Complementar nº 306, de 13.12.2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos legais a partir de 12.03.2021.

Maricá, 12 de março de 2021.

Renato da Costa Machado

Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá-SOMAR

DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**PORTARIA Nº 049, DE 12 DE MARÇO DE 2021.**

DESIGNA INCLUSÃO NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO 18/2019, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2652/2019.

O DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 18/2019.

RESOLVE:

Art. 1º INCLUIR os servidores fiscais, passando assim a compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento contrato nº 18/2019, cujo objeto é o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA AUTARQUIA SOMAR, COM BASE NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2018.

1.IGOR FELIPE PONTES TEIXEIRA - Matrícula Nº. 500.075

2.JOELY MARIA NAHAMIAS DE FIGUEIREDO – Matrícula Nº. 500.141

3.MARCELO BENEVIDES BITTENCOURT - Matrícula Nº. 500.080

SUPLENTE: LEANDRO BRITES DA COSTA - Matrícula Nº. 500.077

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 01/02/2021.

Publique-se!

Maricá, em 12 de março de 2021.

PAULO CESAR REGO GARRITANO

DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR.

PORTARIA Nº 050, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

DESIGNA INCLUSÃO NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO 75/2019, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12206/2019.

O DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 75/2019.

RESOLVE:

Art. 1º INCLUIR os servidores fiscais, passando assim a compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento contrato nº 75/2019, cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS DE CARÁTER OFICIAL NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.

1.CARLOS EDUARDO MARTINS NASCIMENTO – MATRÍCULA Nº. 500.104

2.ANA PAULA CORREA PRADO – MATRÍCULA Nº. 500.105

3.CAMILA DOS SANTOS SILVEIRA - MATRÍCULA Nº. 500.114

SUPLENTE: WASHINGTON DUARTE BORGES - Matrícula Nº. 500.156

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 10/02/2021.

Publique-se!

Maricá, em 12 de março de 2021.

PAULO CESAR REGO GARRITANO

DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR.

PORTARIA Nº 051, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

DESIGNA INCLUSÃO NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO 162/2020, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 16305/2019.

O DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 162/2020.

RESOLVE:

Art. 1º INCLUIR os servidores fiscais, passando assim a compor a Comissão de Fiscalização de cum-

primento contrato nº 162/2020, cujo objeto é o CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES, ERRATAS E EDITAIS, RESULTADO DE IMPUGNAÇÕES E DE RECURSOS E OUTROS ATOS OFICIAIS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, ALÉM DA DISPONIBILIZAÇÃO DO PERIÓDICO EM SI, PARA CONFERÊNCIA DA PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO PARA LEITURA NA SEDE DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS E OBRAS – SOMAR, referente ao Pregão Presencial nº 38/2020.

1. CARLOS EDUARDO MARTINS NASCIMENTO – MATRÍCULA Nº. 500.104

2. ANA PAULA CORREA PRADO – MATRÍCULA Nº. 500.105

3. CAMILA DOS SANTOS SILVEIRA - MATRÍCULA Nº. 500.114

SUPLENTE: WASHINGTON DUARTE BORGES - Matrícula Nº. 500.156

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 01/03/2021.

Publique-se!

Maricá, em 12 de março de 2021.

PAULO CESAR REGO GARRITANO

DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR.

A Divisão de Compras SOMAR, no uso de suas atribuições, convoca pessoas jurídicas, a apresentarem orçamentos para os objetos abaixo relacionados. Os interessados poderão obter cópia do Termo de Referência e mais informações por meio do telefone (21) 99422-2671, e pelo endereço eletrônico compras@somar.rj.gov.br

| Número Processo | OBJETO |
|-----------------|--|
| 3114/2021 | AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA CONSTRUÇÃO DE UBS |
| 3273/2021 | SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS E VETORES, COMPREENDIDOS PELA DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO. |
| 2920/2021 | FORNECIMENTO DE PIPA D' ÁGUA |
| 1728/2021 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL ATRAVÉS DO TICKET COMBUSTÍVEL |

Maricá, 15 de março de 2021.

Atenciosamente,

Maranata Santos

Matrícula 500.113

Coordenadora de Compras

DIRETORIA OPERACIONAL DE OBRAS DIRETAS

Ata de R.P. nº 15/2021

Processo Administrativo Nº 29426/2019

Validade: 02/03/2022

AQUISIÇÃO DE REVESTIMENTOS E INSUMOS PARA CONSTRUÇÃO DE UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Ao terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, a Municipalidade de Maricá, através do Órgão Gerenciador de Registro de Preços, integrante da Divisão de Compras, situado na Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº, Caxito, nesta Cidade, aqui representado, nos termos do Decreto Municipal nº 158/2018, por GUTHYERRE ALVES DOS SANTOS portador (a) do R.G 36083050 - SSP/SP e inscrito (a) no CPF sob nº 106.987.864-24, e a empresa INFFACTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, situada Rua Acadêmico Walter Gonçalves, 01, sala604 Parte, Centro, Niterói, RJ CEP: 24.020-290, CNPJ: 07.539.630/0001-88 neste ato representado por seu representante legal Jorge Renato Goulart da Silva portador do RG nº 009.076.137-0 - Detran e inscrito no CPF sob nº 003.454.527-12 nos termos do Decreto Municipal nº 135/2013, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas complementares, e consoantes às cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls. 969 a 986, HOMOLOGADA às fls. 1012 ambas do processo administrativo nº 29426/2019, referente ao Pregão Presencial nº 33/2020.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do(s) item (ns) dela constante (s), nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, e do Decreto Municipal nº 135/2013.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| Item | Especificação | Unid. | Quantidade | MARCA | Valor Unit | Valor Total |
|-------------|--|-------|------------|---------|--------------|----------------|
| 13 | PLASTICO NA COR PRETA, COM ESPESSURA DE 0,15MM (exclusivo para ME/EPP) | M² | 600 | JOPAK | R\$ 0,71 | R\$ 426,00 |
| 17 | PALHA DE AÇO MÉDIA NÚMERO 1 - AT90/60 25G (exclusivo para ME/EPP) | UN | 30 | VITÓRIA | R\$ 1,08 | R\$ 32,40 |
| 27 | PORTA DE ALUMINIO, UMA FOLHA DE ABRIR, COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA 0,80 X 2,00M. (exclusivo para ME/EPP) (exclusivo para ME/EPP) | UN | 10 | ALUMASA | R\$ 816,85 | R\$ 8.168,50 |
| 34 | PORTA BALCÃO DE MADEIRA, EM UMA FOLHA DE ABRIR: (0,90X1,00M) + (0,90X1,10M) (exclusivo para ME/EPP) | UN | 20 | ECCO | R\$ 1.007,50 | R\$ 20.150,00 |
| 57 | POLIUREIA PURA AROMATICA | KG | 2618 | BAUTECH | R\$ 73,50 | R\$ 192.423,00 |
| Valor Total | | | | | | R\$ 221.199,90 |

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pretendido, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a diretoria requisitante para assinatura do contrato

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no JOM.

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade, devendo a documentação ser entregue à unidade requisitante.

3.4. O objeto da ata será executado nas unidades requisitantes, sendo o recebimento provisório, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e no Edital de Licitação.

3.4.1. A execução do serviço será acompanhada por fiscais, devendo a nota fiscal ou nota fiscal-fatura, estar acompanhada da cópia reprográfica da nota de empenho e contendo o detalhamento em valores unitários dos serviços prestados.

3.5. Se a qualidade do serviço prestado não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será refeito, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o serviço apresentar inconformidades que impeçam ou prejudiquem a sua função/destinação, a detentora deverá providenciar o refazimento do mesmo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Autarquia.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – Se a licitante vencedora se recusar a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei nº 8.666/93.

4.2 – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste Edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência;

II - Multa moratória de 1,0 % (hum por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a Autarquia descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

5 - CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do "Termo de Contrato".

5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal nº 158/2018.

5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra "a", do inciso XIV, do art. 40, da Lei nº 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dos servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciará-se a contar da data da respectiva reapresentação.

5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feito mediante desconto de 0,033% ao mês, pro rata die

5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.

6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Autarquia à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

6.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado

pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - Tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.2.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

7.2.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

7.2.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3 A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

7.2.4 A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular dos órgãos participantes do presente registro:

- Diretoria Operacional de Obras Diretas;

8.2. Os itens decorrentes desta ata serão formalizados através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. Os itens objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão às mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade

a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados

ou enviados através de “fac-símile”, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.

9.5. O preço a ser pago pela Autarquia é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Autarquia nesse intervalo de tempo.

9.6. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8. A detentora da ata deverá comunicar à Autarquia toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Fazenda Pública de Maricá/RJ.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados

10.2. Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1. requisitar, via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação

cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2. emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente

ao objeto solicitado

10.2.3. observar as determinações do Decreto nº 158/2018.

10.2.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descum-

primento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3. Compete ao Fornecedor:

10.3.1. fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

10.3.2. providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3. apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas

10.3.4. em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas

10.3.5. ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou à terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, 03 de Março de 2021.

GUTHYERRE ALVES DOS SANTOS
DIRETORIA OPERACIONAL DE OBRAS DIRETAS
JORGE RENATO GOULART DA SILVA
INFFACTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
TESTEMUNHAS:

NOME: _____

R.G. nº: _____

NOME: _____

R.G. nº: _____

DIRETORIA OPERACIONAL DE OBRAS DIRETAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7733/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021 - SRP
HOMOLOGAÇÃO

Em conformidade com o parecer da Diretoria Jurídica, relatórios da CPL e da Controladoria Interna, autorizo a despesa e HOMOLOGO a licitação NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, com fulcro na Lei Federal nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, adjudicando o objeto em favor da empresa URIB COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ 13.417.073/0001-25, no valor estimado de R\$ 582.912,00 (quinhentos e oitenta e dois mil, novecentos e doze reais), tendo como base a estimativa dos valores a serem repassados à pessoa jurídica contratada, nos termos do respectivo Edital.

Em, 12 de março de 2021.

GUTHYERRE ALVES DOS SANTOS
Diretor Operacional de Obras Diretas

DIRETORIA OPERACIONAL DE OBRAS DIRETAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7733/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021 - SRP
HOMOLOGAÇÃO

Em conformidade com o parecer da Diretoria Jurídica, relatórios da CPL e da Controladoria Interna, autorizo a despesa e HOMOLOGO a licitação NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, com fulcro na Lei Federal nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, adjudicando o objeto em favor da empresa ARTELAGOS ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, CNPJ 39.845.656/0001-40, no valor estimado de R\$ 10.209.223,80 (dez milhões, duzentos e nove mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta centavos), tendo como base a estimativa dos valores a serem repassados à pessoa jurídica contratada, nos termos do respectivo Edital.

Em, 12 de março de 2021.

GUTHYERRE ALVES DOS SANTOS
Diretor Operacional de Obras Diretas

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - SOMAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021 – RECURSO
Processo Administrativo nº 2275/2021.
Requerente: FAB MIX CONCRETOS LTDA
Decisão: INDEFERIDO